

## EXCLUSÃO SOCIAL EM ALFENAS-MG: O COTIDIANO DOS SEM-TERRITÓRIO

Maria Eliseia Machiavelli – Unifal-MG

elismachiavelli@hotmail.com

Thais M. Vieira – Unifal-MG

thvieiraa@gmail.com

*“A crise de identidade seria o novo mal do século. Quando hábitos seculares vêm abaixo, quando gêneros de vida desaparecem, quando velhas solidariedades desmoronam, é comum, certamente, que se produza uma crise de identidade”.*  
(Lévi-Strauss, 1977:10-11)

**RESUMO:** O presente artigo tem como principal objetivo explicar a exclusão social na sociedade contemporânea, tendo como objeto de estudo o morador de rua. Preconceitos do tipo racial, sexual, religião ou classe social, juntos, não exemplificam essa exclusão que vai muito além de cada uma dessas tipologias separadamente. Os moradores de rua não são vistos pela sociedade e são considerados pontos sujos na paisagem urbana, onde são ignorados pela população e tratados de forma indiferente pelas ruas ou, quando conscientes de sua presença, passam com olhar apreensivo, medo, indignação e muitas vezes aversão. Alguns os olham com pena, sendo mais um exemplo do preconceito. Então, através deste estudo, pretende-se trazer essa temática para que todos possam enxergá-los da maneira que devem ser compreendidos, como seres humanos assim como todos, mas que se encontram des-territorializados por não haver lugar para eles em uma sociedade que produz a exclusão e segregação dos mesmos, e que buscam incessantemente por novos lugares onde possam tentar ser reinserido nas relações sociais e dentro das oportunidades e direitos de todos na sociedade.

**PALAVRAS CHAVE:** exclusão social, sociedade, moradores de rua, desterritorialidade, migrações temporárias.

**ABSTRACT:** This paper has as main objective to explain social exclusion in contemporary society, having as object of study the homeless. Prejudices like race, gender, religion or social class, together, do not exemplify this exclusion that goes beyond each of these types separately. The homeless are not viewed by society and are considered dirty spots in the urban landscape, which are ignored by the public and treated the streets or indifferent, when aware of their presence, are looking with apprehension, fear, anger and disgust often . Some look at them with pity, being another example of prejudice. So, through this study, we intend to bring this issue so that everyone can see them the way they should be understood as human beings just like everyone, but are de-territorialized because there is no place for them in a society that produces exclusion and segregation of the same. They then seek incessantly for new places where they can try to be reinserted in social relations and in the opportunities and rights of all in society.

**KEYWORDS:** Social exclusion, society, homeless, des-territoriality. temporarily migration.

## 1.) INTRODUÇÃO

Através das análises realizadas a partir de outros estudos relacionados com a exclusão social e os diferentes grupos excluídos pela sociedade, juntamente com os dados coletados sobre a temática no Albergue Municipal de Alfenas, pode-se compreender a situação em que os moradores de rua se encontram, mostrando um quadro que deve ser analisado de forma individual, quando se pretende compreender os casos separadamente, para assim providenciar uma ajuda social. Cada município apresenta suas particularidades históricas e regionais, devendo realizar a coleta de dados da população a partir do cadastro e manutenção desses dados para haver um controle e realização de pesquisa, gerando informações que possam colaborar para a tomada de decisões das políticas públicas para melhorar a qualidade de vida da população.

Desse modo, o desenvolvimento irá exemplificar as questões e problemas sociais existentes nesse grupo e utilizar as entrevistas cedidas como alguns exemplos das histórias individuais, buscando explicar, a partir de dados coletados sobre o funcionamento do Albergue de Alfenas, os motivos dos conflitos existentes entre as Políticas destinadas a essa classe excluída junto às reais necessidades dos moradores de rua e as problemáticas que alguns indivíduos carregam.

## **2.) METODOLOGIA**

Os métodos utilizados para a confecção do artigo foi a realização de uma fundamentação teórica a partir de dados estatísticos do censo do IBGE 2010, dos índices de escolaridade de Alfenas, para obter um comparativo entre a população alfenense e os moradores que passam pelo Albergue Municipal.

A coleta das informações sobre os moradores de rua em Alfenas foi realizada através de questionários aplicados e conversas com a coordenação do Albergue. Os questionários constavam com as seguintes perguntas: nome idade, cidade de origem, documentação, o nível de escolaridade, quais trabalhos realizam, se recebem alguma assistência, os motivos por frequentarem as ruas e albergues, os vínculos com a família, quais os preconceitos, se já tiveram problemas com a polícia, quais violências já vivenciaram, se necessitavam de medicação e os vícios. Essas variáveis permitem o entendimento do perfil de cada entrevistado, junto com os relatos pessoais de cada um.

A fundamentação teórica é baseada a partir dos conceitos de território e des-territorialização, conforme Haesbaert (2004), por se tratar da perda da identidade e de constantes migrações pelo Brasil, por essas pessoas. As questões sociológicas e psicológicas também são consideradas, para se compreender a formação individual das pessoas inseridas nessas condições.

## **3.) DESENVOLVIMENTO**

### **3.1.) ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS - À SERVIÇO DE QUEM?**

O Estado é visto como agente controlador e modificador da sociedade, construtor espacial, econômico, dotado de poder e concessor de perdas sociais em troca de seu ganho econômico. O papel do Estado deve ser o de - através da criação de políticas públicas e dos direitos humanos - estruturar o espaço no qual se insere essas classes marginalizadas, procurando entender como essa classe social é construída, quais as causas e soluções que devem ser empregadas, de maneira a integrar a sociedade. Conforme Bayart, o Capitalismo vem nos lembrar que as desigualdades são a alavanca do nosso sistema econômico, no qual as classes superiores, detentoras dos meios de produção, retiram seu lucro e só são passíveis de existirem se houverem desigualdades e a exploração do mais pobre pelo mais rico, caracterizando assim, desde início, uma injustiça social na qual o dinheiro representa mais que o ser humano e as individualidades ficam cada vez mais acentuadas.

“Não existem preocupações contemporâneas que não subentendam o problema da ilusão identitária. (...) a Globalização é acompanhada de uma exacerbação das identidades particulares (...). A reinvenção da diferença, inerente à globalização se efetua em parte à escala das sociedades locais e se traduz pela exacerbação de particularismos identitários” (Bayart, 1996. apud Haesbaert, 2004).

O cenário capitalista mundial é comandado por potências que procuram por mão de obra qualificada para o setor econômico e tecnológico, havendo assim uma necessidade de profissionais que atendam as demandas dessa ordem, portanto, apenas uma parcela da população dos países menos desenvolvidos consegue se qualificar para adentrar esse mercado de trabalho que requer qualificações. Ao criar um espaço no qual as políticas são elaboradas através de um caráter meramente econômico, o social fica a deriva de políticas que não o priorizam e usurpam de sua categoria. São exemplos os Direitos Humanos e as próprias Políticas Públicas

O processo de exclusão é um fenômeno social que a cada dia se torna mais comum na sociedade capitalista, onde as diferenças entre as classes sociais ficam cada vez mais acentuadas. Os índices de pobreza no Brasil, devido á má distribuição de renda e as questões educacionais limitam o ingresso da maioria da população no mercado de trabalho, tornando-as meros objetos dentro do sistema econômico e como fatores da exclusão social podem-se

agrupar questões sócio-históricas da sociedade e do indivíduo, caracterizando um quadro complexo e multidimensional.

Caracterizando o Trabalho como a venda da força de trabalho e de extração da mais-valia, podemos notar que esse indivíduo que migra atrás de melhores condições de trabalho, quando não encontra, exerce atividades informais, levando assim uma culpabilização por não conseguir o trabalho que a sociedade julga decente. Assim, as pessoas desprovidas desta referência, as pessoas em situação de rua, apesar de desenvolverem atividades informais, são, sob a ótica do trabalho, freqüentemente consideradas como improdutivas, inúteis, preguiçosas e vagabundas. (GUARESCHI, 1999).

Atualmente podemos entender as Políticas Públicas como conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos (Rosa 1998, p.731 *apud* Sposito e Carrano 2003, p.17). Há então um debate entre essa descentralização do poder na nossa sociedade Neo-institucionalista que define uma menor participação e intervenções do Governo na vida social além de na economia, mas isso não quer dizer que essa descentralização ocorre de fato, pois se o Estado se ausenta de tarefas regulatórias da sociedade no espaço, um subsistema será criado para exercer essa função, exaltando ainda mais essa dominação desigual, e criação de políticas que não regulam a vida social como de fato deveria ser regulada, democraticamente, ouvindo a sociedade que dela depende, e sim regula para dominar. Deslocar recursos do “centro” para subsistemas mais autônomos pode evitar a dominação pelo “centro”, mas pode permitir essa dominação ao interior desse subsistema (DRAYBE & ARRETCHE, 1995).

O que ocorre então nesse cenário é uma constante supressão dos direitos à democracia, no qual a população fica marginalizada, dependente de grupos dominantes.

“(…) As pessoas que migram o fazem, na maioria das vezes, disposta a aceitar condições precárias e até degradantes de trabalho, de direito a vida, o que assinala a insegurança, aqui e alhures, de quem sobrevive do trabalho temporário na contemporaneidade, em um relativo e provisório apaziguamento de suas necessidades vitais” (SILVA, 1999; MARTINS, 2003; PIALOUX E BEAUD, 2003 *apud* MORAES et al 2007, p. 261).

O processo de exclusão social é, atualmente, conceituado segundo diversos pontos de vista. Iremos estudá-lo a partir de quatro abordagens principais: Política e Econômica, Social e

Psicológica. Esses fatores, atrelados uns aos outros, constituem um cenário completamente propício à exclusão.

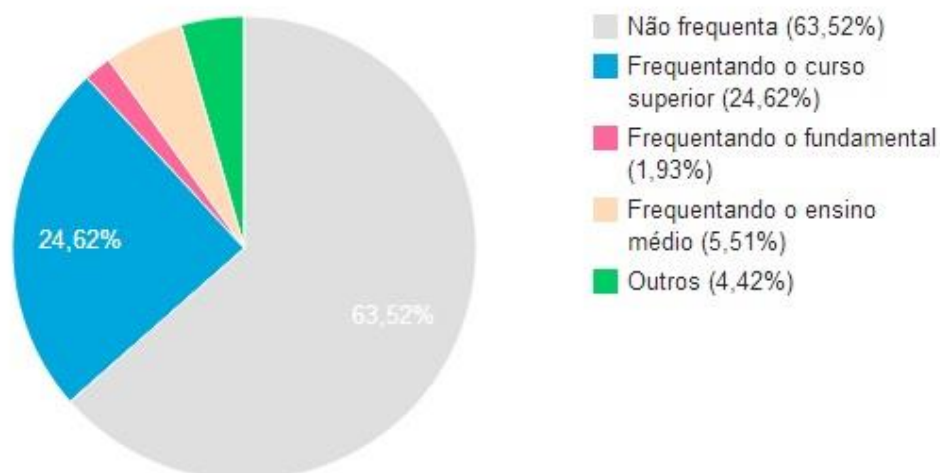
“A escolha pelo conceito de exclusão social atrela-se ao seu caráter multidimensional, englobando falta de acesso à justiça e aos direitos humanos, por exemplo, em uma perspectiva que entende a exclusão como uma sucessão de perdas, relacionadas ao mercado de trabalho, vínculos afetivos e amigáveis” (ROSSI, p. 4, 2012).

Para entendermos o que possibilita e determina um processo de exclusão em determinado lugar, é necessário compreender que ele está profundamente enraizado ao quadro de desigualdades do nosso país, além de diversos outros fatores que marcam e caracterizam o indivíduo ao longo de sua vida como um marginalizado da sociedade, diferente da maioria, tornando-o apenas mais uma pessoa, a qual a identidade pouco importa.

### 3.2.) EDUCAÇÃO E ANALFABETISMO

Os gráficos a seguir retratam a educação no município de Alfenas (MG):

Frequência escolar de 18 a 24 anos - Alfenas - MG - 2010



Esses dados relativos à Educação no Município de Alfenas permitem analisarmos a população de rua segundo os fatores: Alfabetização e Jovens de 18 a 24 anos, residentes em

Alfnas que não freqüentam mais escolas e nem curso superior (63,52%) e até mesmo os que ainda estão freqüentando o ensino médio e fundamental (5,51% e 1,93%, respectivamente).

Frequência escolar de 15 a 17 anos - Alfnas - MG - 2010

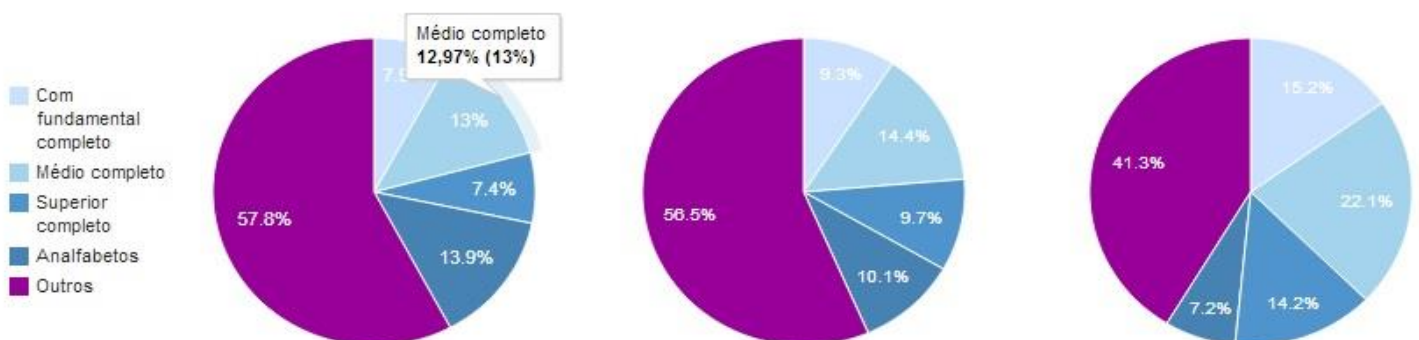


Através desses dados, podemos concluir que é uma taxa relativamente alta de jovens desvinculados à Educação. A falta de acesso à Educação acarreta em uma falta de preparo para vivenciar esses processos complexos pelos quais a sociedade passa atualmente. Além da população jovem que não freqüenta mais a escola, temos também o Índice de analfabetismo da região, que caracteriza grande parte dos moradores entrevistados durante o Trabalho de Campo e aplicação de questionário no Albergue Municipal e Centro de Reabilitação Arco-Íris.

Escolaridade da população de 25 anos ou mais - 1991

Escolaridade da população de 25 anos ou mais - 2000

Escolaridade da população de 25 anos ou mais - 2010



Fonte: Pnud, Ipea e FJP



O cidadão que não sabe ler, já é, por si só um excluído e marginalizado, pois se o indivíduo não consegue ler, tampouco compreenderá o espaço ao seu redor. Um exemplo claro disso são os avisos pregados no Albergue, e que são muitos, informando ao indivíduo que passa por lá quais as regras do local, horários de entrada e saída, horários das refeições, normas e limites de atividades que são permitidas. Além disso, muitas vezes, por não saber ler, depende da ajuda de funcionários do local para realizar o preenchimento de sua ficha cadastral.

### 3.3.) VÍNCULOS FAMILIARES, NEGLIGÊNCIA E DES-TERRITORIALIZAÇÃO

“A verdade é que, reduzida a seus aspectos subjetivos, uma crise de identidade não oferece interesse intrínseco. Melhor seria olhar de frente as condições objetivas das quais ela é sintoma e que ela reflete” (Lévi-Strauss, 1977:10-11 *apud* Haesbaert, 2004). Os vínculos familiares, a perda de identidade, a negligência social do próximo, e a des-territorialização são fatores determinantes para o desenvolvimento de perturbações de ordem psicológica, depressão, negação da sua condição de indivíduo inserido na sociedade, perda de identidade, criação de um mundo paralelo (loucura), envolvimento com drogas lícitas e ilícitas e perda de território. O indivíduo ao se deparar com alguns desses processos, perde sua identidade a partir do momento que não se identifica mais consigo mesmo e com a vida que leva.

A negação da sociedade em que vive começa a aparecer quando ele já está freqüentando as ruas em busca de modelos alternativos à sua vida. Temos a estranha mania de não reparar nessas pessoas pelas quais passamos todos os dias, e nunca ter refletido sobre como, talvez um dia, já tiveram uma cama pra dormir e uma família para lhe confortar. Esse fato corriqueiro que muitos de nós praticamos sem perceber, representa a principal crítica deste artigo: O morador das Ruas é comumente esquecido nos cantos, nos becos sujos da paisagem urbana ou em logradouros públicos, acompanhado de alguns vestígios de alimento, moedas que conseguiu pedindo, blusas e cobertores. Por eles, passamos indiferentes, com olhar de esguio, apreensivos



ou até com pena, e tomando qualquer um desses tipos de atitude para com eles, estaremos então, exemplificando o preconceito com essa classe.

Existe uma relação direta entre exclusão e inclusão social, processos pelos quais a pessoa excluída e marginalizada deve passar para que seja incluída novamente dentro da sociedade. Esse morador, através desses processos de re-inserção social, tem direito a receber auxílio do governo no valor de um salário mínimo, tirar documentação mesmo que não possua referências familiares ou de moradia, entre outros direitos que estão exatamente explicados dentro da Cartilha do morador de Rua, mas a qual poucos, ou nenhum deles, tem acesso.

Os problemas familiares partem por uma linha sócio-histórica do indivíduo, que geralmente vem da infância e perpetuam no resto da vida de cada pessoa. A perda com os laços familiares é um propulsor para o abandono social, juntamente com outros aspectos negativos que acompanham várias gerações, como a pobreza, vício, doenças, falta de oportunidades, entre outros que influenciam na perda da identidade de cada pessoa.

O indivíduo ao se deparar com alguns desses processos, perde sua identidade a partir do momento que não se identifica mais consigo mesmo e com a vida que leva. A negação da sociedade em que vive começa a aparecer quando ele já está freqüentando as ruas em busca de modelos alternativos à sua vida. Temos a estranha mania de não reparar nessas pessoas pelas quais passamos todos os dias, e nunca ter refletido sobre como, talvez um dia, já tiveram uma cama pra dormir e uma família para lhe confortar. Esse fato corriqueiro que muitos de nós praticamos sem perceber, representa a principal crítica deste artigo: O morador das Ruas é comumente esquecido nos cantos, nos becos sujos da paisagem urbana ou em logradouros públicos, acompanhado de alguns vestígios de alimento, moedas que conseguiu pedindo, blusas e cobertores. Por eles, passamos indiferentes, com olhar de esguio, apreensivos ou até com pena, e tomando qualquer um desses tipos de atitude para com eles, estaremos então, exemplificando o preconceito com essa classe.

Concluimos, então, essa parte introdutória definindo as soluções que buscamos para acabar com essa triste situação, não só de moradores de rua, mas com todas as classes da sociedade que são alvos de preconceitos. Essa Utopia Social de que falamos é a construção de uma sociedade perfeita dentro de um sistema capitalista, onde as oportunidades de educação, saúde, trabalho, segurança e moradia possam abranger a todos dentro do Território. Desse modo, todos teriam oportunidades, porém, que pelo caráter histórico social do Brasil, que além

de carregar diversos conflitos sociais por gerações, carrega os problemas de gestão das Políticas Públicas para solucionar, ou então, amenizar a atual situação.

### 3.4.) MIGRAÇÕES TEMPORÁRIAS E O CASO DOS TRECHEIROS

A maioria dos entrevistados na entidade são os comumente conhecidos por Trecheiros, nome que faz menção a expressão “pessoa que vive nos trechos”. Buscam, de cidade em cidade, por condições melhores de emprego, habitação e qualidade de vida. Muitos migram há anos e já conhecem todos os estados do país, vão viajando, de albergue para albergue, e as vezes, na falta de uma entidade que o abrigue para dormir, dormem nas ruas. Esse tipo de migração ocorre com aquelas pessoas que, por diversos motivos, abandonaram a família (ou foram abandonados) e sua cidade de origem, e hoje seguem fazendo pequenos serviços em troca de pequenos salários e más condições de vida. São pessoas que vêm de muito longe e possuem uma identidade quase nula, por irem de uma cidade pra outra em diferentes estados e isso faz com que percam sua territorialidade e identificação com nenhum lugar específico e sim com todos ao mesmo tempo, caracterizando, segundo Haesbaert (2004), os “não-territórios”.

“Estes não-territórios, culturalmente falando, perdem o sentido de espaços aglutinadores de identidades, na medida em que as pessoas não mais desenvolvem laços simbólicos e afetivos com os lugares em que vivem. Além disso, na construção de suas identidades culturais cada vez menos estariam participando as referências espaciais ou a relação com um espaço de referência identitária” (Haesbaert, 2004).

### 3.5.) QUESTIONÁRIO

O Albergue funciona todos os dias da semana, durante 24 horas, sendo que o horário de entrada é das 18h00min às 20h00min, e saída às 6h00min do dia seguinte. O morador que passa por lá só pode pernoitar uma única vez e fica com sua ficha arquivada no Albergue. Caso queira ou precise estender a permanência, cada um deve conversar com a coordenadoria e apresentar algum motivo consistente para prolongar a sua estadia, como dependência química e submissão a internação, pois nesse caso permanece no albergue até ser

transferido para a Fazenda Arco-Íris, onde será internado para tratamento, ou em casos como dos viajantes, que solicitam passagens de ônibus para as cidades próximas e lá ficam até recebê-la para poder seguir viagem, seja para trabalhar em outro lugar ou encontrar com a sua família.

Logo que entram no Albergue, os moradores, muitos deles analfabetos, se deparam com uma placa que contém vários avisos de ordem e restrição, que fala sobre a importância do banho para que possam dormir nas camas; horários das duas refeições oferecidas para quem só pernoitam uma vez (jantar e café da manhã.); além disso, devem deixar todos seus pertences na recepção e objetos como facas, canivetes e outros também devem ser deixados antes de entrarem.

Nos casos de internação e/ou permanência na entidade por mais de um dia, eles ficam alojados nos quartos e dispõem de quatro refeições diárias (café da manhã, almoço, café da tarde e jantar). Para que possam servir as refeições como almoço e jantar, é feito um convênio do Albergue com o Restaurante Popular. As demais refeições são preparadas na própria entidade, as compras são feitas com verba municipal cedida pela prefeitura e através de doações de alimentos. Além da doação de alimentos, eles também possuem um cômodo dedicado as doações de roupas que recebem e repassam para aquelas pessoas que precisam. A pessoa que quiser pernoitar no Albergue deve ir até lá nos horários de entrada, porém, existem outros casos no qual o coordenador sai com a Kombi do Albergue fazendo patrulhas, procurando por pessoas nas ruas que precisem do auxílio da entidade e muitas vezes a coordenação também recebe telefonemas de pessoas falando de algum morador em determinado lugar da cidade, para que seja levado pra lá.

Foram realizadas entrevistas com pessoas em situação de rua no município de Alfenas (MG). Através dos questionários aplicados, foram entrevistados quatro moradores de rua que pernoitaram no Albergue, obtendo-se as informações seguintes. O primeiro entrevistado tem 44 anos e migrou do estado de Mato Grosso do Sul há dez anos após passar por um divórcio, afastando-se de sua esposa e outros três filhos, com quem ainda mantêm contato através de ligações. O morador completa que não sofreu abusos durante a sua trajetória, como violência ou preconceito, dizendo ter seguido caminho por conflitos familiares e financeiros, migrando de um lugar para o outro a procura de alguns serviços em postos de gasolina ou lava jato para garantir algum sustento e mandar um pouco de dinheiro para os filhos.

A história do segundo morador de rua é de um trabalhador rural de 62 anos, começando desde que tinha oito anos de idade, exercendo serviços em fazendas com o trato de animais como cavalos e bois, enfatizando que é com o que gosta de trabalhar, por possuir conhecimentos sobre os cuidados com esses animais. Ao relatar sua história, disse que no passado já possuiu duas fazendas e tinha uma renda boa, mas durante o governo de Sarney veio á falência e não conseguiu se reestruturar novamente, tendo tido no decorrer de sua vida na região nordestina cinco companheiras diferentes, nove filhos e quatro netos, com o qual mantém contato com apenas uma mulher, que visita durante o ano esporadicamente.

O terceiro entrevistado tem 32 anos, vindo do estado de São Paulo. Relatou sobre a saída da casa de seus pais durante a adolescência sem nunca mais voltar ou explicar os motivos que o levaram a se afastar de sua família. Informou sobre abusos e violência que já recebeu durante abordagens de policiais e dependentes químicos que vivem nas ruas também em caso de brigas, por um tentar roubar do outro objetos ou dinheiro que possam ser trocados em drogas. Faz uso de aspirinas para suportar dores dentárias, dizendo ser muito forte. Durante a entrevista, esse morador disse que gosta de praticar a leitura de revistas e acompanha um pequeno dicionário de inglês.

A quarta entrevista relatou a história de um lavrador de 55 anos migrando do estado do Paraná, que perdeu seus pais quando adolescente e como tinha apenas uma irmã que se casou e mudou de cidade, acabou ficando sozinho e sem vínculos familiares. Relatou que estava em Alfenas porque tinha sido roubado após dois meses trabalhando na colheita do café em Carmo do Rio Claro – MG, sendo assaltado por outros dois homens na porta do banco, assim que retirou o seu pagamento. O entrevistado apresenta problemas no músculo da perna esquerda, queixando-se das intensas dores que sente, principalmente durante as noites frias e problemas de pressão alta. Faz 35 anos que viaja de uma cidade pra outra a procura de trabalho, somando 36 cidades no total em diferentes estados, levando consigo três carteiras assinadas, todos os documentos e uma bíblia, da qual não consegue ler por ser analfabeto.

Todos os entrevistados possuem documentos de identidade, Ensino Fundamental incompleto, sem qualquer assistência remunerada, com perdas de vínculos presenciais com as suas famílias, realizam trabalhos em diferentes cidades, pouco remunerados. Também relataram situações em que dormiram nas ruas, sendo sujeitos a fome, frio e violência. Todos se consideram trecheiros e contaram já ter ido até muitas cidades em diferentes.

As entrevistas realizadas com os funcionários, explicam o funcionamento do Albergue Municipal, que é composto por um conjunto de prestações de serviços públicos em diferentes esferas, sendo a primeira a passagem dessas pessoas pelo Albergue, para assim realizar a triagem, que é o cadastro para ver se a pessoa necessita de atendimento médico, internação em clínicas para dependência ou passagem de ônibus. O Albergue deve se responsabilizar pela ronda na cidade a fim de recolher essas pessoas ou ir buscá-las a partir de denúncias feitas pelos cidadãos. A abordagem é feita pelos funcionários, através de perguntas se eles querem ir até o Albergue, relatando que muitos se recusam a fazer isso por medo e muitas vezes apenas saem correndo.

Após analisar essas necessidades, há o encaminhamento, se possível, para o CREA, Fazenda Arco Íris, Assistência Social de Alfenas ou Polícia Militar em casos de ser algum procurado. Quando se trata de conflitos familiares entre as próprias famílias de Alfenas, a pessoa é encaminhada até a assistente social, a fim de tentar entrar em contato com a família e tentar resolver os problemas existentes.

Foi relatado que muitos chegam a condições precárias e insalubres, com as roupas rasgadas, sujas de urina e fezes, ocorrendo muitas vezes dessas pessoas se recusarem a tomar banho, sendo que já não o fazem há meses. Quando o caso é de internação, é feito um exame de sangue no paciente. Os funcionários explicaram que até o fim do ano de 2012 não havia tanto rigor com os que passavam por lá, realizando-se assim uma maior quantidade de atendimento, principalmente durante as épocas de frio e de colheita do café na região. Porém, por existirem vários tipos de situações diferentes entre os habitantes de ruas, como pessoas que já cometeram crimes, atualmente há um maior rigor e controle dessas pessoas, onde foi dito que apenas a ficha de cadastramento e a vistoria realizada já afastaram bastante os criminosos que procuravam pelo Albergue.

O Albergue conta com sete funcionários, divididos entre a equipe da limpeza e da administração, onde realizam diversos trabalhos tanto administrativos, como sociais, havendo também um convênio com o Restaurante Popular de Alfenas que envia marmitas conforme a quantidade de pessoas. Outro dado é o caso de idosos que aparecem nos albergues que foram abandonados por suas famílias, ficando com a aposentadoria do idoso. Quanto a passagem, quando é para mais longe por motivos familiares, o morador deve informar as suas origens para que a assistente social entre em contato com a sua família e assim confirmar a veracidade dos

fatos para encaminhá-lo, entrando em contato também com os assistentes da outra cidade, isso ocorre para que haja um controle sobre a passagem, destinando para quem realmente precisa voltar para casa, onde cada um tem direito a receber apenas uma passagem no período de um ano. Outro dado para exemplificar essa nova tática é que até no ano passado o Albergue tinha um gasto mensal de 1.500 reais em passagens, mas hoje, de janeiro até agosto de 2013, foi gasto aproximadamente 2.400 reais em passagens, onde os funcionários afirmaram que a queda ocorreu devido as normas mais rigorosas e investigativas sobre a veracidade dos fatos.

O Albergue, além de ser um intermediador entre os moradores de ruas e os trecheiros e as suas necessidades, ainda prestam serviços de identificação de indigentes nos necrotérios da região, por haver um controle de cadastro e fotográfico de todos que passam pelo município e realizar assim o atestado de óbito. Desse modo, nos últimos cinco anos foram identificados vinte corpos, que impediu que fossem enterrados como indigentes, porém isso já ocorreu duas vezes no município durante esse período, sendo a maioria por cirrose ou assassinato. O número de mulheres se comparado com o de homens, é bem inferior, havendo casos de mulheres grávidas que por andarem nas ruas, usarem drogas entre outros vícios e recusar ajuda, acabam tendo a guarda de seus filhos retirada.

Questionaram-se também os locais de maiores incidências de moradores de rua, sendo nos bairros Campos Elísios, Vila Promessa e Pinheirinho, sendo todos esses bairros periféricos e de classe social predominantemente baixa. Outro relato dos funcionários são as histórias inventadas que essas pessoas informam, por ter uma parte com o passado criminoso, para dificultar a sua identificação, justificando os critérios rigorosos utilizados pelo Albergue.

No município de Alfenas há uma lei que proíbe dar esmolas para os pedintes, a fim de tentar evitar que estes fiquem perambulando pelas ruas. Em média, foi dito que cada mendigo arrecada cinquenta reais diariamente, gastando tudo em bebidas, drogas ou alimentos, por isso ao procurarem por empregos o valor diário do seu trabalho acaba sendo menor do que é conseguido nas ruas, virando um costume pelo fato de não compensar, para eles, deixar de arrecadar o dinheiro nas ruas para ganhar menos em algum emprego.

#### **4.) RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os moradores de rua não apresentam uma identidade territorial, uma vez que não possuem pelo menos um local de moradia para construir o seu espaço físico. A perda do espaço físico para o indivíduo é um fator limitante para que cada pessoa exerça qualquer tipo de atividade. Morar na rua significa não ter, pelo menos, uma individualidade para as necessidades mais básicas do ser humano, sobrando apenas espaços públicos, como ruas, praças e calçadas, para habitarem.

Ao analisar a situação e história de vida de cada morador de rua, pode-se perceber uma todas as variáveis em questão nesse estudo.

As partir de uma análise sobre os dados de controle de todos que passam pelo Albergue, a quantidade de pessoas que pernотaram durante o período de março/ 2009 até julho/ 2013 obteve-se a seguinte tabela:

**Tabela do número de pernотites diários no período de Março/2009 – Julho/ 2013  
no Albergue Municipal de Alfenas**

	2009	2010	2011	2012	2013
Janeiro	_____	287	318	208	208
Fevereiro	_____	350	250	223	155
Março	428	288	273	276	235
Abril	462	295	326	274	182
Maiο	508	300	293	297	242
Junho	604	269	271	266	272
Julho	332	269	209	209	157
Agosto	268	300	293	259	_____
Setembro	386	212	274	279	_____
Outubro	292	229	287	224	_____
Novembro	250	304	198	134	_____
Dezembro	317	296	189	158	_____
Total	3.847	3.399	3181	2787	1451

Através desses dados pode-se concluir que a frequência de trecheiros e moradores de rua que necessitam do Albergue é alto. Por isso, ao mesmo tempo em que deve haver um



monitoramento desses fluxos de migrantes e pessoas marginalizadas, junto ao cadastramento, também é necessário reforçar o atendimento para essa população, incluindo outros serviços que apresentam problemas, como o policiamento e segurança, pois existem variáveis entre essas pessoas que os dividem em outros grupos, como os que realmente precisam e os que são, infelizmente, criminosos. Por esse motivo, as Políticas Públicas e os Direitos Humanos devem se preocupar em melhorar as suas estruturas em todas as áreas.

## 5.) CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo do trabalho foi conseguido através das entrevistas realizadas em campo, onde se podem aproximar as teorias e conceitos sobre exclusão social com a realidade relatada pelos sem-territórios que passam diariamente no Albergue de Alfenas, demonstrando de forma geral, a individualidade dos casos sobre como cada pessoa apresenta uma história de vida diferente que o levou a uma condição comum. Os problemas relatados pelo Albergue para o acolhimento dos moradores de rua evidenciam todos os conflitos pelos quais passa essas pessoas multiterritorializadas, desterritorializadas e sem identidade.

Para poder entender os processos excludentes, primeiramente fomos buscar essas pessoas com o intuito de entender suas realidades na prática, e através da fundamentação entender como se realizam os processos pelas quais passam diariamente. Assim pudemos compreender alguns fatores históricos, sociais, políticos e econômicos dos quais são consequência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2001. Editora Vozes. 2º edição.

**Direitos do Morador de Rua**. Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

ROSSI, Rafael. **Por uma compreensão do processo de exclusão social e o debate sobre o índice de desenvolvimento das famílias em Presidente Prudente – SP.** 2012. Bebedouro, Revista Hispeci e Lema. Ano III. n.3.

BIONDI, Pablo. Os **Direitos Humanos e Sociais e o Capitalismo: Elementos para uma Crítica.** 2012. São Paulo, Universidade de São Paulo.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F. G. B. da; HAESBAERT, R. (Orgs.) **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos.** Rio de Janeiro: Access, 2004.

CROCHÍK, J. L. **Preconceito e Educação Inclusiva.** 2011. 1 edição. Secretaria dos Direitos Humanos.

FRIGOTO, G. CIAVATTA, M. **Educação Básica no Brasil na Década de 1990: Subordinação Ativa e Consentida à Lógica do Mercado.**

MATTOS, R. M. FERREIRA, R. F. **Quem Vocês Pensam que (elas) são? – Representações Sobre as Pessoas em Situação de Rua.** Psicologia e Sociedade. 2004.

MUNIZ, J. O. **Um Ensaio Sobre as Causas e Características da Migração.**